GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES DA QUARTA COLÔNIA

Kleitton Douglas Saggin

Mestrando em Agronegócios CEPAN/UFRGS. Bolsista do CNPq. E-mail: saggin@pop.com.br

Renata Gonçalves Rodrigues

Mestranda em Agronegócios CEPAN/UFRGS. Bolsista do CAPES.

Andréa Polidori Célia

Mestranda em Agronegócios - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios CEPAN/UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CAPES. E-mail: andcelia@gmail.com

Paloma de Mattos

Mestre e Doutoranda em Agronegócios CEPAN/UFRGS. Bolsista do CAPES.

Tânia Nunes da Silva

Professora do CEPAN/UFRGS e Doutora em Sociologia USP. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq.

Resumo

A reflexão sobre as práticas ambientais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, tem exigido novas posturas das organizações. Contudo, adotar a gestão ambiental como estratégia de desenvolvimento, contempla as necessidades das organizações em aliar crescimento econômico e sustentabilidade. Neste sentido, este artigo tem como objetivo identificar se existe a preocupação com as questões ambientais por parte das organizações da região da Quarta Colônia e se as mesmas adotam programas de gestão ambiental, analisando fatores que podem influenciar nas diferentes abordagens dadas ao tema. Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se uma abordagem qualitativa em um estudo considerado exploratório e compreendido como estudo de caso. A amostra foi de cinco organizações da Região da Quarta Colônia onde foram realizadas visitas técnicas e entrevistas semi-estruturadas. Como resultado significativo do estudo, pôde se constatar que as organizações estudadas limitam-se apenas às exigências da legislação ambiental em vigor. Assim as organizações necessitam adotar novas posturas e um processo de atualização contínua que pode ser viabilizado pela gestão ambiental.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Quarta Colônia; organizações; desenvolvimento.

¹ Recebido em 01.11.2009. Aprovado em 19.03.2010. Disponibilizado em 28.04.2010. Avaliado pelo sistema *double blind review*

Abstract

The reflection about environmental practices, in a context marked by permanent degradation of the environment and its ecosystem, has required new strategies from the organizations. However, adopting environmental management as a development strategy satisfies the organizations needs to gather economic growth and sustainability. Thus, this paper aims on identifying whether the organizations from the Quarta Colonia Region are concerned about environmental issues and whether they adopt environmental management programs, analyzing aspects which can influence the different approaches applied to this issue. In order to reach such aim, a qualitative approach was used in a study considered exploratory and comprised as a case study. The sample consisted of five organizations from the Quarta Colonia Region where there were technical visits and semi-structured interviews. A relevant result of the study was that it was possible to observe that the studied organizations are restricted only to the operative environmental law requirements. Thus, organizations ought to adopt new emplacements and a continuous updating process, which can become viable through the environmental management.

Keywords: Environmental management; Quarta Colônia; organizations; development

1 INTRODUÇÃO

No mundo atual, o crescimento da consciência ecológica da população, o fortalecimento de organizações de defesa do meio ambiente, a preocupação com a utilização dos recursos naturais de forma que minimize os danos ao meio ambiente tem se tornado tema central das discussões para o futuro do planeta. Essa nova percepção meio ambiente/sociedade atinge também as organizações que são, cada vez mais, pressionadas a possuírem práticas de gestão ambiental.

Alguns eventos importantes marcaram o desenvolvimento da gestão ambiental. No ano de 1972, em Estocolmo, ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas para discutir especificamente os problemas dos impactos ambientais. Como um dos resultados desse evento, a Organização da Nações Unidas (ONU), criou uma comissão para avaliar os problemas ambientais mundiais, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1974, a reunião do Clube de Roma, onde os países desenvolvidos se reuniram para debater o possível esgotamento dos recursos naturais.

Já a década de 1980 ficou marcada como sendo aquela em que surgiram em muitos países, leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Também nessa década teve impulso a realização de Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), com a realização de audiências públicas e aprovações de licenciamentos ambientais em diferentes níveis. Nesse mesmo período, os gastos com proteção ambiental começaram a ser encarados, pelas organizações líderes, não apenas como custos, mas primordialmente como investimentos no futuro e, paradoxalmente como vantagem competitiva (TACHIZAWA, 2005).

Nos anos 1990, em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas, conhecida com RIO-92, onde se produziram documentos como a Agenda 21 oportunidade em que se debateu a necessidade de uma norma internacional que abordasse a questão ambiental (NASCIMENTO, 2001). Foi, sobretudo a partir dessa conferência, que passou a ser melhor entendida a mútua dependência entre o desenvolvimento e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também foi salientada a importância do combate e redução da pobreza, que é causa de graves problemas ambientais e ao mesmo tempo, a maior vítima destes problemas.

Para Tachizawa (2005), a preservação ambiental tornou-se nos anos 1990 e também 2000, um dos fatores de maior influência e com grande grau de penetração no mercado. Nesse sentido, as organizações ao mesmo tempo buscam soluções para alcançar o desenvolvimento sustentável, além de aumentar a lucratividade de seus negócios. Assim, a gestão ambiental passa a ser vista como uma atividade que pode propiciar lucros para as organizações.

Assim, nesta perspectiva de cada vez maior valoração à questão ambiental, encontra-se a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, que tem apresentado nos últimos anos um número crescente de agroindústrias familiares, onde predomina a produção de hortigranjeiros, produtos coloniais e a riqueza gastronômica que a herança cultural italiana proporciona. Além de ver incrementado o fluxo turístico em seus municípios, o que gera a necessidade de práticas de gestão ambiental nestas organizações agroindustriais a fim de proteger os recursos ambientais da região de possíveis impactos ambientais negativos.

A necessidade de gestão ambiental nessa região é premente, pois a Quarta Colônia se localiza na depressão central do estado do Rio Grande do Sul, entre a encosta da Serra Geral e as planícies dos rios Soturno e Jacuí, região de relevo ondulado, circundado por serras recobertas pela floresta estacional decidual do domínio da Mata Atlântica, enfrentando o dilema da preservação ambiental, tendo que associá-lo ao desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, é de fundamental importância que os empreendedores da região da Quarta Colônia adotem políticas que contenham práticas de gestão ambiental nas atividades, métodos e procedimentos de trabalho. Também é necessária a sensibilização dos sujeitos integrantes das organizações, pois as pressões das partes interessadas e a emergência em proteger o meio ambiente acompanham o aumento do fluxo turístico (MARQUETTO, 2007). Portanto, as organizações que conseguirem estabelecer práticas de gestão ambiental, sendo reconhecidas pelos consumidores e turistas como empresas que zelam pelo patrimônio natural poderão conseguir maior volume de vendas aproveitando essa imagem.

Assim, este estudo tem como objetivo identificar se existe a preocupação com as questões ambientais por parte das organizações da região da Quarta Colônia e se as mesmas adotam programas de gestão ambiental, analisando fatores que podem influenciar nas diferentes abordagens dadas ao tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O crescimento econômico deve compreender o equilíbrio ambiental para utilização dos recursos naturais considerados finitos. Assim, tratar a temática ambiental de forma sistêmica e integrada, buscando soluções mais adequadas ao meio ambiente, utilizando-se de novas tecnologias ou até mesmo práticas de *housekeeping* capazes de viabilizar equilibradamente o crescimento econômico e a preservação ambiental, seja para a alta administração das organizações ou para uma agroindústria. Dessa forma a gestão ambiental inclui na gestão global do processo produtivo, atividades de planejamento e ação, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir e analisar criticamente além de manter a política ambiental dentro de uma organização.

Rohrich e Cunha (2004) afirmam que já existem indícios de que a gestão ambiental das organizações brasileiras está se desenvolvendo e alcançando níveis que podem superar as obrigatoriedades legislativas, as chamadas "tecnologias de controle".

Nesse sentido o crescimento da preocupação global com o meio ambiente e o desenvolvimento de padrões ambientais tem criado a necessidade das organizações adotarem formalmente estratégias e programas ambientais. Almeida, Mello e Cavalcanti (2004), identificam gestão ambiental como um diferencial competitivo resultando na redução dos

impactos das atividades da organização sobre o meio ambiente aliando as conquistas de mercado a lucratividade.

Para Sanches (2000), Moreira (2001) e Jabbour (2007), a organização é bem sucedida ao assumir efetivamente um compromisso de melhoria da qualidade ambiental dos processos e produtos. Portanto, a empresa é capaz de indicar os equipamentos ou dispositivos de controle ambiental mais apropriado à sua realidade e ao seu potencial de impactos ambientais. Muitas vezes, apresentar um nível mínimo de gestão ambiental demanda a existência de planejamento, abordado através de um departamento de meio ambiente, ou responsável.

Dessa forma a organização que adota uma postura ambiental sistematizada pode alcançar a redução de custos através da eliminação de desperdícios, minimização dos riscos de acidentes ambientais a partir da identificação de vulnerabilidades nos seus processos e produtos. Todas essas melhorias convergem para o aperfeiçoamento da organização, que reflete na sua relação com a sociedade e o meio ambiente. Segundo Walker e King (2007), as organizações não só se questionam como almejam cada vez mais suprir de maneira satisfatória as informações relacionadas à identificação e gerenciamento de riscos socioambientais e explicar como esses riscos podem ter importância a curto e longo prazo. Porém Kilbourne (1998) aponta que entre o discurso apresentado pelas organizações e as suas ações existe uma lacuna, considerado um paradigma dominante que precisa ser quebrado.

Maimon (1994) afirma que a política ambiental de uma organização é resultado da interação dos seus atores externos e internos. Assim, as organizações podem seguir três bases de ação relacionadas à responsabilidade ambiental, segundo o Quadro 1.

TIPO DE AÇÃO	CARACTERÍSTICA
TIPO 1	Adaptação à regulamentação ou exigência do mercado, incorporando equipamento de controle de poluição nas saídas, sem modificar a estrutura produtiva e o produto.
TIPO 2	Adaptação à regulamentação ou exigência do mercado, modificando processos e/ ou produtos (inclusive embalagem). O princípio é de prevenir a poluição, selecionando matérias-primas, desenvolvendo novos processos e/ou produtos.
TIPO 3	Antecipação aos problemas ambientais futuros, ou seja, adoção de um comportamento pró-ativo e de excelência ambiental. O princípio é de integrar a função ambiental ao planejamento estratégico da empresa.

Fonte: Adaptado de Maimon (1994, p. 122).

Quadro 1 – Tipos de ações das empresas frente às pressões externas e internas relativas à questão ambiental.

As exigências do mercado impostas às organizações podem desencadear transformações em processos ou produtos, além de estabelecer um comportamento pró-ativo através de novas estratégias com relação às questões ambientais.

Entretanto Lopes (2004) afirma que para adotar uma postura ambiental competitiva a partir do uso de normas e certificações, as organizações poderão optar por um de três níveis de eco-gerenciamento: 1) limitar-se a conformidade legal; 2) adotar a postura pró-ativa, antecipando-se e ultrapassando as regulamentações, ou 3) orientar-se para a sustentabilidade e responsabilidade social.

Donaire (1999) corrobora nesse sentido, pois considera que as organizações passam por três fases, são elas:

- a) controle ambiental nas saídas: onde ocorre instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, como chaminés e redes de esgoto, sem transformações na estrutura produtiva ou produto;
- b) integração do controle ambiental nas práticas e processos: o princípio básico passa a ser o da prevenção da poluição, envolvendo a seleção das matérias-primas, o

desenvolvimento de novos processos e produtos, o reaproveitamento da energia, a reciclagem de resíduos e a integração com o meio ambiente;

- c) integração do controle ambiental na gestão administrativa: a questão ambiental passa a ser contemplada na estrutura organizacional, interferindo no planejamento estratégico.

Para Barbieri (2006), qualquer processo produtivo requer recursos e gera resíduos, de tal forma que a atividade humana já ameaça a capacidade de suporte do planeta. As diferentes atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes de sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro, está diretamente relacionada às abordagens adotadas pelas empresas com relação à gestão ambiental. O Quadro 2 detalha as abordagens que podem ser adotadas pela empresa no que se refere a ao meio ambiente.

Características	ABORDAGENS		
	Controle da Poluição	Prevenção da Poluição	Estratégia
Preocupação Básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura Típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Ações Típicas	Corretivas Tecnologias de remediação e de controle no final do processo (<i>end-of-pipe</i>) Aplicações de normas de segurança	Corretivas e preventivas Conservação e substituição de insumos Uso de tecnologias limpas	Corretivas, preventivas e antecipatórias Antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazos Uso de tecnologias limpas
Preparação dos empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custos e aumento da produtividade	Vantagens competitivas
Envolvimento da alta administração	Esporádico	Periódico	Permanente e sistemático
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas na área produtiva	As principais ações ambientais continuam confinadas nas áreas produtivas, mas há crescente envolvimento de outras áreas	Atividades ambientais disseminadas pela organização Ampliação das ações ambientais para toda a cadeia produtiva

Quadro 2 – Abordagens da empresa em relação ao meio ambiente. Fonte: adaptado de Barbieri (2006).

Conforme a característica da empresa a estratégia adotada assume prioridades distintas e as ações ocorrem de acordo com a postura adotada por elas. Barbieri (2006) considera que o envolvimento das empresas com a problemática ambiental assume importância proporcional a opinião pública com relação ao tema.

Para Dionysio e Santos (2007), algumas organizações, por exemplo, podem implementar inicialmente a gestão ambiental pela área de produção, que por sua natureza transformadora de recursos, causa maior impacto ambiental e, por isso aquela que possui maior envolvimento com a gestão ambiental.

A gestão ambiental é compreendida como um processo adaptativo e contínuo, pelo qual as organizações definem, e redefinem seus objetivos e metas relacionadas à questão ambiental, à saúde de seus colaboradores, assim como clientes e comunidade, selecionando

estratégias e meios capazes de atingir tais objetivos em tempo determinado através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente externo (CORAZZA, 2003; SEIFFERT, 2005).

Para Jabbour e Santos (2006) as várias formas de integração da gestão ambiental nas organizações, podem ser identificadas através da conscientização ambiental em diferentes estágios evolutivos, que demonstram a evolução de determinada organização para com o tratamento das questões ambientais. Os autores consideram ainda que a organização capaz de institucionalizar uma área funcional, com a preocupação em reagir de forma adequada às pressões da legislação ambiental, incorporando equipamentos de controle da poluição nas saídas, sem modificar a estrutura produtiva e o produto, demonstram um comportamento reativo. Isso porque as organizações ainda não se preocupam com o ambiente competitivo nem com a adoção de uma postura pró-ativa relacionada à problemática ambiental.

O desempenho da gestão ambiental é baseado em legislações ou exigências do mercado, assim, cabe à gestão ambiental adequar o conteúdo de seus programas e políticas à estratégia dos negócios vigentes. Dessa forma a função ambiental não participa da formulação da estratégia, agindo, pois, segundo objetivos de prevenção de problemas ecológicos previamente estabelecidos e determinados (JABBOUR e SANTOS, 2006).

Para Sanches (2000), as organizações estão se confrontando com um ambiente externo, em que crescem as preocupações com as questões sociais, políticas e legais. Assim as organizações que almejam se tornarem competitivas frente às questões ambientais precisam buscar novas posturas e um processo de atualização e inovação contínua.

A demanda por produtos ecológicos e fabricados dentro das premissas ambientais está em franco crescimento, com os consumidores tendendo à rejeição pelos serviços e produtos essencialmente fabris, alimentos que carregam consigo substâncias químicas que comprometem o meio ambiente, priorizando aqueles que obtêm a concessão do “Selo Verde”, “Orgânicos” e/ou “ecoprodutos”. Muitos consumidores inclusive estão dispostos a pagar mais por produtos feitos com procedimentos ecologicamente corretos (SACHS, 2002).

Assim percebe-se que a preocupação com o meio ambiente tem sido uma constante. Comprovada pelo significativo número de indivíduos e organizações envolvidas nas questões ambientais e cuja tendência é aumentar, pois a problemática relacionada ao meio ambiente abrange todo o planeta e demanda por soluções equilibradas, como os sistemas de produção e consumo sustentáveis, sem comprometer a lucratividade das organizações, o meio ambiente e a qualidade de vida da humanidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o propósito deste artigo – identificar se existe a preocupação com as questões ambientais por parte das organizações da região da Quarta Colônia e se as mesmas adotam programas de gestão ambiental, analisando fatores que podem influenciar nas diferentes abordagens dadas ao tema – utilizou-se uma abordagem qualitativa em um estudo considerado exploratório e compreendido como um estudo de caso de coleta e análise de dados qualitativos sobre o objeto de estudo, de forma a adquirir amplo e detalhado conhecimento do assunto em questão (GIL, 1999).

A amostra foi do tipo não-probabilística por conveniência e por julgamento. Uma amostra não probabilística por conveniência caracteriza-se quando o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis e uma amostra não probabilística por julgamento, quando o pesquisador utiliza seu julgamento para selecionar os membros da população que são boas fontes de informação precisa (SCHIFFMAN; KANUK, 2000). Os selecionados para a amostra englobaram cinco organizações da Região da Quarta Colônia, sendo elas: Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), Cooperativa

Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL), Elson MTA - Arte Sacra, Cantina Vô Bepi e Brondani Ind. e Com. de Derivados de Banana Ltda. (Delícias da Terra).

A coleta de dados ocorreu durante visitas técnicas feitas nas organizações por meio de entrevistas semi-estruturadas junto aos responsáveis pela administração da pequena empresa, com diretores de cooperativa e coordenadores do projeto Quarta Colônia no mês de maio de 2009. Neste mesmo período, foram feitas pesquisas em fontes secundárias e entrevistas com pesquisadores que trabalham com o tema, obtendo-se informações para a elaboração deste estudo.

A partir da literatura consultada foram selecionadas as seguintes variáveis do estudo: preservação ambiental na propriedade rural e no processo produtivo das agroindústrias; práticas de gestão ambiental; comunicação do desempenho ambiental; legislação ambiental; e, impactos ambientais causados pela atividade produtiva.

Com relação à análise dos dados coletados nos questionários, a opção selecionada foi a interpretativa. Conforme Triviños (1999), esta técnica possibilita a análise dos dados coletados à luz da literatura estudada.

Sendo assim, apresenta-se, a seguir, a caracterização das organizações estudadas e as análises feitas, seguido das considerações finais.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA QUARTA COLÔNIA

Tendo em vista o objetivo do estudo, essa seção dedica-se a uma breve descrição das organizações estudadas.

4.1 CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA QUARTA COLÔNIA (CONDESUS)

No ano de 1995 a região da Quarta Colônia foi escolhida entre as seis regiões prioritárias do Estado do Rio Grande do Sul para a implantação do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), uma vez que existira na região o desenvolvimento de atividades relacionadas à Mata Atlântica, como a realização de cursos de manejo sustentável da Mata Atlântica e diversos Fóruns de Cultura da Quarta Colônia.

A discussão sobre a integração da região da Quarta Colônia no PNMA passa a envolver dez municípios e desencadeia a elaboração do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS), sendo este composto por quatro subprojetos integrados: Manejo dos recursos naturais da Quarta Colônia; Desenvolvimento da Agricultura Ecológica; Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural, e; Educação Ambiental (ITAQUI, 2002).

Para a implantação e execução do PRODESUS fora necessária a criação de um instrumento de articulação com respaldo político e jurídico para mediar as relações entre executor e co-executores e os órgãos financiadores. Desta forma, cria-se o CONDESUS, uma entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos e que possui um planejamento plurianual.

Os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins formam o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS).

O CONDESUS, além de responder às necessidades administrativas do PRODESUS, passa a ter como finalidade de captar recursos e executar ações de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia (ITAQUI, 2002). Além disso, busca conservar a biodiversidade, promover o

desenvolvimento sustentável e a pesquisa científica, a educação (capacitação) e um permanente monitoramento.

4.2 COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA (CAMNPAL)

A Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL) está situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, com matriz em Nova Palma. Foi fundada no dia 03 de fevereiro de 1963, por 28 agricultores que estavam com dificuldades na estocagem e comercialização de seus produtos e que foram motivados pelo Padre Luiz Sponchiado.

A CAMNPAL hoje possui mais de 4.000 associados, a maioria agricultores familiares, sendo a diversificação um ponto positivo da cooperativa, segundo relato de seu presidente, Sr. Euclides Vestena. O quadro social está organizado em núcleos de produtores. Cada núcleo possui um representante eleito, formando um Conselho de Representantes – 24 membros. O Conselho de Administração também eleito pelos próprios associados, é formado por 12 conselheiros e o Conselho Fiscal formado por 3 membros titulares e 3 suplentes. Antecedendo a Assembléia Geral Ordinária anual, são realizadas mini-assembléias nos núcleos, com o objetivo de prestar contas das atividades desenvolvidas e possibilitar maior participação dos associados na cooperativa. Um ponto a ser ressaltado é a participação efetiva das mulheres nas decisões da cooperativa, visto que o casal, tanto o homem como sua esposa ambos têm direito a voto, ao contrário do que geralmente ocorre na maioria das cooperativas, onde apenas o homem tem direito a voto.

A CAMNPAL recebe: arroz, aveia, feijão, leite, milho, soja e trigo de seus associados. Entre as atividades da cooperativa se destacam supermercados, entrepostos de recebimento de grãos, engenho de arroz, seção de peças e ferragens, armazéns para recebimento e armazenamento de grãos, beneficiamento e empacotamento de feijão, moinho de milho, farmácia veterinária, magazine, posto de recebimento e resfriamento de leite, abatedouro de bovinos e suínos, moinho de trigo. Todos os produtos são beneficiados e colocados no mercado através das marcas próprias Caldo de Ouro e Bella Dica.

Os produtos Bella Dica e Caldo de Ouro chegam às diversas regiões do Rio Grande do Sul e do Brasil através do trabalho de uma equipe de representantes. A logística de entrega é totalmente feita por caminhões da cooperativa. Estão no *portfólio* de produtos: arroz, canjica, milho pipoca, amendoim, lentilha, açúcar mascavo, doces, embutidos, farinha de milho e trigo, feijão preto e carioca e óleo de soja.

A CAMNPAL produz sementes fiscalizadas e certificadas de soja, trigo, feijão e arroz. A produção destas sementes se dá nas lavouras dos próprios cooperados que contam com o acompanhamento e supervisão do Departamento Técnico. A qualidade, vigor, pureza e germinação são garantidas pelos procedimentos adotados durante a produção e beneficiamento das sementes.

No ano de 2008 a cooperativa recebeu no total mais de 2,6 milhões de sacos de grãos e 12 milhões de litros de leite, perfazendo um faturamento total de R\$182 milhões. Sendo R\$8,5 milhões foram sobras para o seu quadro de associados. A CAMNPAL possui um Departamento Técnico formado por Engenheiros Agrônomos, Engenheiro Florestal, Médicos Veterinários, Zootecnista e Técnicos Agrícolas/Agropecuários que prestam assistência técnica gratuita ao produtor rural.

4.3 ELSON MTA - ARTE SACRA

A empresa Élson MTA-Arte Sacra foi criada no ano de 1998, com o objetivo de produzir objetos sacros em madeira, as “peregrinas pessoais”. Esses produtos são desenvolvidos para instituições, organizações e santuários religiosos católicos; e cada

Santo(a) conta com um modelo exclusivo, em imagens genuínas e com qualidade necessários para cada cliente.

Está situada no bairro Santos Anjos, cidade de Faxinal do Soturno, região da Quarta Colônia da Imigração Italiana, centro do Estado do Rio Grande do Sul. De propriedade de Elson Biacchi, administrador de empresas, a empresa conta hoje com oito funcionários. A indústria começou com o incentivo do pai do proprietário, que emprestou as primeiras máquinas e doou matéria prima. O processo de produção caracterizou-se inicialmente, por artigos religiosos, destinados a atender o mercado regional. A empresa tem como missão levar as “Peregrinas Pessoais” a todos os Lares do Mundo.

No fim dos anos 90 foram adquiridas as primeiras máquinas importadas, para a produção automatizada e nacionais para marcenaria. Buscando agilizar e diversificar sua atuação, com melhor aproveitamento da capacidade instalada. Algumas máquinas o próprio dono da indústria projeta, baseado em sua experiência no setor.

A indústria contém setor específico para “Desenvolvimento de Produtos ou Linhas” para melhor atender especificidades dos clientes. Do pedido até a fabricação de um novo produto pode levar apenas duas semanas. De acordo com o proprietário, a fábrica está constantemente desenvolvendo novos produtos tendo hoje 27 linhas de produtos com mais de 2.000 itens diferentes. Possui clientes em todos os estados brasileiros e exportam para 5 países de língua portuguesa, por meio de transportadora e correio, pelo programa Exporta Fácil.

A empresa está enquadrada no sistema Simples de tributação sendo que seu faturamento gira em torno de 500 mil reais. O proprietário relata que todas as movimentações são feitas com nota fiscal e o controle de custos é rigoroso. Ela possui um sistema eletrônico único sendo que o site da empresa é responsável por 98% das vendas da fábrica. As vendas pela internet iniciaram no ano de 2000. É também por via eletrônica que a indústria faz sua divulgação, busca de novos clientes e envio de mala direta.

A empresa também possui pontos de venda em paróquias católicas espalhados pelo país e tem como estratégia de mercado vender para todas as comunidades de língua portuguesa e brasileiros no exterior.

4. 4 CANTINA VÔ BEPI

Agroindústria familiar pertencente a família Giacomini produz vinhos e é ponto de venda de produtos coloniais na rodovia RS 149 no município de São João do Polêsine, na região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul. A agroindústria começou quando Jair Giacomini decidiu, junto com seus familiares, aumentar a elaboração de vinhos artesanais.

Atualmente a propriedade de 15 hectares comporta a vinícola, um alambique e a cantina. No local também são plantadas parte da matéria-prima utilizada para produzir os 65 mil litros de vinho por ano e 14 mil litros de cachaça e outros produtos. A venda das diversas variedades de vinho é responsável por 60% do faturamento da empresa.

O proprietário cita que a agroindústria trabalha com pesquisa de mercado, procurando perceber o que o consumidor gostaria de comprar, fato que foi ressaltado quando os clientes começaram a pedir para associar ao vinho, produtos como queijo e salame.

A agroindústria participa junto com mais 13 empresas da região da Quarta Colônia de uma rede onde os associados fazem compras e vendas conjuntas chamada de “Rede da Casa”.

Atualmente em seu *portfólio* de produtos estão: vinhos varietais (Cabernet Sauvignon, Moscato, Isabel, Niágara, Bordô); embutidos (copas, salames) e massas (bolachas, pães e massas artesanais) além de cachaça, sucos, conservas, *schmiers* (doces em pasta) e geléias.

A agroindústria está em processo de especialização melhorando seus produtos em qualidade e higiene com o objetivo de abrir novos mercados com uma boa variedade mercadorias. A empresa já vende para a Rede Super de supermercados em Santa Maria e

participa de várias feiras agropecuárias. No ano de 2006 durante a principal feira agropecuária do Rio Grande do Sul (EXPOINTER) a empresa recebeu o Troféu SENAR como destaque na Categoria Agroindústria Familiar. As regiões visadas para comercialização são outros estados que ainda não tenham fornecedores de produtos coloniais. Amostras de vinhos são enviadas ao Rio de Janeiro para que seja feita abertura do mercado naquele Estado.

4.5 BRONDANI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DERIVADOS DE BANANA LTDA. (DELÍCIAS DA TERRA)

A Brondani Indústria e Comércio de derivados de banana orgânica está situada na cidade de São João do Polêsine, no Rio Grande do Sul. Os principais produtos são bananas desidratadas e passas, com essa matéria prima são feitos outros produtos como bombons e barras de cereais. A empresa conta atualmente com sete funcionários. A fábrica possui cinco anos e foi construída de forma planejada e cumprindo a legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), entre outros órgãos.

Na propriedade da Sra. Salete Brondani são plantadas quase todas as frutas utilizadas para a industrialização. Ela também recebe banana de alguns produtores da região, todos utilizando o manejo orgânico. A certificação produtos da linha de passas é realizada pelo Laboratório de Análises de Resíduos e Pesticidas da UFSM. Atualmente a organização comercializa seus produtos em grandes redes do varejo como Carrefour, Supermercado Dois Irmãos (Santa Maria), e Zaffari (Porto Alegre).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A preservação ambiental tem sido tema de debates por meio do CONDESUS que busca integrar e desenvolver a Quarta Colônia. A região é considerada Área Prioritária da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, onde se busca, via maior fiscalização, a preservação ambiental das áreas de encosta nas propriedades rurais. Além disso, o CONDESUS vem executando trabalhos de conscientização ambiental para que os agricultores preservem essas áreas. Para este fim, procura-se estabelecer projetos de educação ambiental, bem como a elaboração do Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.

Analisando os dados coletados, o Planejamento Ambiental da Quarta Colônia visa à realização de uma análise complexa do sistema como um todo e de suas partes, pelo Planejamento Ambiental da Paisagem no que tange a aplicação de um inventário e diagnóstico das potencialidades ambientais e paisagísticas da região além de primar pela valorização das matrizes naturais, através do fomento a criação de redes ecológicas e corredores que busque uma sua interligação efetiva, garantindo assim a manutenção e perpetuação dos ecossistemas naturais envolvidos.

No que tange à gestão ambiental, o CONDESUS estimula as agroindústrias a terem práticas de gestão ambiental, como redução de resíduos e economia de energia elétrica. Contudo muitos proprietários de agroindústrias somente estão preocupados com a legislação não tendo a consciência ambiental evolutiva que é necessária para essas práticas.

Um dos principais problemas relatados pelo representante do CONDESUS em relação a legislação ambiental é a falta de adequação dos agricultores e das agroindústrias em se enquadrarem na legislação principalmente no referente a áreas de preservação ambiental e mata ciliar assim como os resíduos das agroindústrias.

A organização Brondani efetua a preservação ambiental em nível de propriedade rural por meio da adoção da produção orgânica de bananas, sendo que, se respeitados seus pressupostos, a produção orgânica pode proporcionar menores impactos causados pela

atividade produtiva ao meio ambiente. Nesta organização, ocorre reciclagem de lixo, sendo que o lixo orgânico é destinado para alimentação animal da propriedade.

A cooperativa CAMNPAL dentro da variável preservação ambiental através de seu departamento técnico estimula seus cooperados a utilizarem técnicas mais sustentáveis ambientalmente como: de manejo do solo menos degradante, diversificação da produção dentro da propriedade rural diminuindo a incidência de pragas e assim exigindo a menor utilização de defensivos agrícolas. Existe o programa de recolhimento de embalagens de defensivos. Tentando assim modificar a cultura do produtor associado. A cooperativa também tem selo de boas práticas de fabricação para os seus produtos.

Os resíduos da CAMNPAL são utilizados em outras indústrias ou propriedades como, por exemplo: a produção de briquetes com casca de arroz e a utilização da cama de aviário como fertilizante nas lavouras. Existe preocupação na qualidade de seus produtos.

Quanto à legislação ambiental, a cooperativa CAMNPAL recebe consultoria de um profissional Engenheiro Florestal, sob convênio com a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul (FECOAGRO), onde a cooperativa é instruída a proceder de acordo com a legislação ambiental. Uma preocupação relatada é a modificação da legislação referente ao meio ambiente.

Na Elson MTA, outra organização pesquisada, constatou-se que sua principal matéria-prima, a madeira, é originária do norte do Brasil e toda ela devidamente legalizada e fornecida por empresas com selos de boas práticas ambientais. Na produção, observa-se apenas o resíduo proveniente do verniz utilizado para dar acabamento nas peças em madeira e que misturados na água geram grande impacto ambiental. Porém, o proprietário informou que o mesmo, é destinado para o local adequado sem que prejudique o meio ambiente. A serragem também é vendida para produção de energia em uma olaria da região. Na indústria Elson MTA o proprietário pretende fazer o plantio de eucalipto em parte da propriedade, onde está a indústria, para no futuro conseguir ter parte da sua produção com madeira própria evitando assim o custo de transporte e corte de madeira da região norte do Brasil.

Como prática de gestão ambiental, na agroindústria Cantina Vô Bepi, foi feita a colocação de um filtro para esgoto que recebe os dejetos tanto da cantina, como dos banheiros e da casa da família. Isto também pode ser considerado uma medida para redução dos impactos ambientais gerados pela atividade produtiva. Outra prática percebida é a coleta seletiva de lixo, fato este, responsável pelo reconhecimento de grande parte dos seus clientes. O proprietário informa que esta organização possui licença ambiental junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), estando por isso, de acordo com a legislação ambiental, no tocante ao licenciamento. Também ressalta sua dificuldade de entendimento em relação a legislação e os órgãos de fiscalização.

Não foi constatada em nenhuma das organizações estudadas a comunicação do desempenho ambiental, exceto na Cantina Vô Bepi, cujo proprietário cita como ponto de diferenciação o fato da agroindústria estar ambientalmente licenciada e que os clientes atentam para esse fato, o qual é objeto de divulgação por parte da empresa. Porém vale ressaltar que uma organização para obter corretamente seu alvará de funcionamento necessita estar de acordo com as exigências da legislação local.

No que tange aos impactos ambientais das organizações estudadas percebe-se que existe certa dificuldade por parte dos empreendedores, de mensuração do real impacto causado pelas atividades da sua organização no meio ambiente, uma vez que se limitam apenas a cumprir as exigências da legislação.

Conforme a classificação proposta por Maimon (1994), as ações das organizações podem ser classificadas em três tipos frente às pressões internas e externas relativas à questão ambiental. Das organizações estudadas, quatro se enquadram no Tipo 1, porque apresentam postura de adaptação à legislação ambiental, limitando-se à incorporação de equipamentos de

controle da poluição nas saídas, sem modificar a estrutura produtiva ou o produto. A empresa Brondani se destacou como sendo do Tipo 3, pois apresentou uma postura proativa integrando a função ambiental ao planejamento estratégico.

Segundo a proposição de Donaire (1999) em que as organizações passam por três fases: controle ambiental, integração do controle ambiental nas práticas e processos e integração do controle ambiental na gestão administrativa. Das organizações estudadas, três encontram-se na fase inicial, pois foi identificada a instalação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, sem a transformação na estrutura e nos produtos, a organização Elson MTA não se identificou nesse processo.

Para Jabbour e Santos (2006) as organizações ainda não se preocupam com o ambiente competitivo nem com a adoção de uma postura pró-ativa relacionada à problemática ambiental, essa postura foi percebida nas organizações estudadas. Se para Sanches (2000) as organizações que almejam se tornarem competitivas frente às questões ambientais, precisam buscar novas posturas e um processo de atualização e inovação contínua, as compreendidas nesse estudo enquadram-se nessa avaliação. Todavia a Brondani Bananas ao perceber que a demanda por produtos ecológicos e fabricados dentro das premissas ambientais encontra-se em expansão no mercado, frente ao apelo dos consumidores por alimentos sem substâncias químicas que comprometem a saúde e o meio ambiente, dispostos a pagar mais por produtos feitos com procedimentos ecologicamente corretos, busca atender esse mercado. Apresentando nesse ponto, vantagem competitiva em relação às demais organizações estudadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo proposto para o presente estudo de identificar se existe a preocupação com as questões ambientais por parte das organizações da região da Quarta Colônia e se as mesmas adotam programas de gestão ambiental, analisando fatores que podem influenciar nas diferentes abordagens dadas ao tema, pôde-se constatar que as organizações estudadas limitam-se apenas às exigências da legislação ambiental em vigor. No que se refere às leis ambientais também foi constatado que os empreendedores possuem dificuldades na compreensão da legislação, considerando-a muito complexa.

Como práticas de gestão ambiental, a coleta seletiva de lixo foi identificada como recorrente em algumas organizações estudadas, sendo esta uma prática de *housekeeping*. Existem outras práticas de gestão ambiental pontuais, mas muitas dessas são derivadas da necessidade do empreendedor se adequar à legislação ambiental.

Também foram percebidas várias iniciativas por parte do CONDESUS em termos de projetos e ações que visam a fomentar práticas de preservação ambiental em nível de propriedade e agroindústria, objetivando compatibilizar o desenvolvimento econômico da região da Quarta Colônia com as características ambientais da área, principalmente o fato de ser Reserva de Biosfera da Mata Atlântica.

Por fim, três das organizações estudadas, apresentaram uma postura de adaptação à legislação ambiental, limitando-se à incorporação de equipamentos de controle da poluição nas saídas, sem modificar a estrutura produtiva ou o produto. Já a Brondani Bananas se destacou por apresentar uma postura proativa integrando a função ambiental ao seu planejamento.

Considerando o fato de que todo processo produtivo demanda recursos e gera resíduos, as organizações enfrentam o desafio de buscar novas formas de administrar seus processos de forma a atender as exigências ambientais. Entretanto não se percebe uma participação ativa dos empreendedores e gestores no processo de melhorias relativas à problemática ambiental.

Se por um lado aumentam as preocupações com as questões sociais, políticas e legais, bem como a demanda por produtos ecológicos e fabricados dentro das premissas ambientais, por outro lado conciliar esse processo de avanço tecnológico com a preservação e a realidade das organizações é um desafio. Tais fatores indicam um conflito que deve ser administrado pela sociedade atual, de fomentar o desenvolvimento econômico de uma determinada região aliado a preservação ambiental. No caso desse estudo a região de caráter agroindustrial, com grande potencial de desenvolvimento, necessita adotar novas posturas e um processo de atualização contínua, que pode ser viabilizado pela gestão ambiental, através de atividades de reciclagem, controle de resíduo, capacitação permanentes dos colaboradores, em diferentes níveis e escalas de conhecimento, incentivo ao trabalho em equipe, que podem resultar em ações criativas relevantes para um novo cenário.

REFERÊNCIAS

Almeida, Josimar Ribeiro de; CAVALCANTI, Yara; MELLO, Claudia dos Santos. (2004) *Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex Ed.

Barbieri, José Carlos. (2006) *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*, São Paulo: Saraiva.

Corazza, Rosana Icassatti. (2003) Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. *Revista de Administração de Empresas (RAE-eletrônica)*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 1-23, jul./dez.

Dionysio, Rosana Cristina Colombo; SANTOS, Fernando Cesar Almada. (2007) Evolução da informação apoiadora da gestão ambiental: uma análise centrada em seus estágios evolutivos e nos agentes decisórios. *Informação e Informação*, Londrina, v.12, n.2, jul./dez.

Donaire, Denis. (1999) *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, Antonio Carlos. (1999) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Itaqui, José (Org.). (2002) *Quarta colônia: inventários técnicos*. Santa Maria: Condesus.

Jabbour, Charbel José Chiappetta. (2007) *Contribuições da gestão de recursos humanos para evolução da gestão ambiental empr(esarial: survey e estudo de múltiplos casos*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção: Economia Organizações e Gestão do Conhecimento. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos.

Jabbour, Charbel José Chiappetta; SANTOS, Fernando Cesar Almada. (2006) Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. *Gestão & Produção*, São Carlos, v.13, n.3, p.435-448, set./dez.

Kilbourne, William E. (1998) Green Marketing: A Theoretical Perspective. *Journal of Marketing Management*, Houston, v. 14, n. 6, p. 641-655, julho.

Lopes, José Ricardo de Moraes. (2004) Sistema de gestão ambiental integrada – SGAI: uma análise econômica estrutural. In: *I CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E*

DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO, 2004, Rio de Janeiro. Gestão Empresarial – GEM. Rio de Janeiro: FGV.

Maimon, Dália. (1994) Eco-Estratégia nas Empresas Brasileiras: realidade ou discurso? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.34, n. 4 p.119-130, jul./ ago.

Marquetto, Rut Maria Friedrich. (2007) Gerenciamento integrado ao meio ambiente no turismo: caso da rota gastronômica da Quarta Colônia – RS. *Revista Produção On-line*. Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 1-16, novembro.

Moreira, Maria Suely. (2001) *Estratégia e implantação de sistema de gestão ambiental modelo ISO 14000*. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial.

Nascimento, Luis Felipe. (2001) Um panorama da área de gestão ambiental no Brasil. In: RIBEIRO, José Luis Duarte. (ed.) *A Engenharia de Produção no Brasil: panorama 2001*. Porto Alegre: ABEPRO, p. 50-64.

Rohrich, Sandra Simm; CUNHA, João Carlos da. (2004) A proposição de uma taxonomia para análise da gestão ambiental no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 81-97, out/dez.

Sachs, Ignacy. (2002) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sanches, Carmen Silvia. (2000) Gestão ambiental pró-ativa. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 76-87, jan./mar.

Seiffert, Maria Elizabete Bernardini. (2005) *ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica*. São Paulo: Atlas.

SCHIFFMAN, Leon G.; KANUK, Leslie Lazar. (2000) *Comportamento do consumidor*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC.

TACHIZAWA, Takeshi. (2005) *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. São Paulo: Atlas.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva. (1999) *Introdução à pesquisa em ciências sociais aplicadas: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Walker, Gabrielle; King, David. (2008) *Hot Topic, The: how to tackle global warming and still keep the lights on*. London: Bloomsbury.